

A margem que não se vê: escutar o silêncio entre Rosa e Thoreau

The unseen margin: Listening the silence between Rosa and Thoreau

LARA PASSINI VAZ-TOSTES

Bacharel em Direito (UFMG)
laravaztostes@hotmail.com

Resumo: Este ensaio propõe uma travessia simbólica entre o conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa, e a obra *Walden*, de Henry David Thoreau, a partir das ideias de escuta, ausência, presença ética e recusa do mundo normativo. Analisa-se como ambas as narrativas constroem figuras que não rompem com o mundo por ódio ou misantropia, mas por uma escuta ética profunda — uma recusa silenciosa que se transforma em forma de habitar o tempo. A canoa do pai e a cabana de Thoreau tornam-se símbolos de uma mesma travessia: o gesto de estar fora sem deixar de estar. O artigo entrelaça filosofia existencial, crítica literária e linguagem lírica como modo de pensar o ser entre margens.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; Thoreau; escuta; ausência; ética.

Abstract: This essay proposes a symbolic crossing between the short story *The Third Bank of the River* by João Guimarães Rosa and *Walden* by Henry David Thoreau, based on the ideas of listening, absence, ethical presence, and the refusal of normative society. It analyzes how both narratives construct figures who do not break with the world out of hatred or misanthropy, but through a profound ethical listening — a silent refusal that becomes a way of inhabiting time. The father's canoe and Thoreau's cabin become symbols of the same passage: the gesture of being outside without ceasing to be present. The article intertwines existential philosophy, literary criticism, and lyrical language as a way of thinking about being between margins.

Keywords: Guimarães Rosa; Thoreau; listening; absence; ethics.

1 INTRODUÇÃO

Há gestos que recusam o mundo não por ódio, mas por escuta. O pai, no conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa, e o autor de *Walden*, Henry David Thoreau, compartilham esse gesto: não fogem, não se escondem, mas partem para dentro. A canoa no meio do rio e a cabana no meio da floresta são menos refúgios do que posições éticas — formas de dizer “não” sem agressão, formas de presença que não se confundem com visibilidade.

Ambos escolhem viver no entre-lugar. O pai rosiano, ao lançar-se à água sem nunca cruzar o rio nem retornar à margem, inaugura uma existência suspensa, inclassificável: não está mais “aqui”, mas, também, não foi “embora”. Ele permanece, “num ir estando” que a cada dia redefine a própria ideia de ser. Rosa (2001, p. 319) escreve: “Meu pai não voltara mais. Ficara é no meio do rio, mesmo, dentro da canoa,

ele não saía dela, nem pra terra, nem pra outra beirada” (Rosa, 2001, p. 319). É nessa suspensão que a terceira margem se funda: não no espaço físico, mas no gesto simbólico de deslocamento da norma.

Thoreau, por sua vez, constrói sua cabana às margens do lago Walden, nos arredores de Concord, e ali permanece por dois anos, dois meses e dois dias. Seu movimento não é de exílio absoluto, mas de recuo deliberado. Ele escreve: “Fui para os bosques porque queria viver deliberadamente, enfrentar apenas os fatos essenciais da vida, e ver se podia aprender o que ela tinha a ensinar — para não, quando morresse, descobrir que não tinha vivido” (Thoreau, 2000, p. 111). Sua experiência é menos fuga do que crítica, menos isolamento do que reconexão: com o tempo, com a terra, com a escuta.

Ao se colocarem fora — mas não contra — o mundo, o pai e Thoreau recusam o automatismo do viver. Ambos escolhem não se deixar absorver pela lógica da utilidade, da pressa ou da convenção. Essa recusa, no entanto, não é negatividade pura. É forma de cuidado, de atenção. Emmanuel Levinas escreve que o rosto do outro “impede o assassinato” (Levinas, 1993, p. 201), porque convoca uma ética que antecede a ação. O pai rosiano, ao se retirar, interrompe o ciclo do uso, do poder, do pertencimento forçado. Não abandona por crueldade; afasta-se por excesso de silêncio.

É nesse ponto que o filho, narrador do conto, assume uma função decisiva: ele permanece à margem, como guardião daquele que se ausentou. Sua presença é ética porque não exige explicação. Ele alimenta, espera, imagina, sofre — mas não exige que o pai volte a ser o que era. Ele escuta, e essa escuta torna-se um modo de estar. É ele quem sustenta a terceira margem como espaço simbólico: não a margem da partida, nem a da chegada, mas aquela onde a alteridade é aceita sem violência.

A cabana de *Walden* e a canoa do pai não são metáforas da morte ou da loucura, mas da travessia. São formas de habitar o tempo sem se render à lógica da produtividade ou da presença contínua. Como escreve Paul Ricoeur (1994, p. 108), “somente a narrativa permite ao sujeito experimentar o tempo como horizonte de significação”. Ao narrar o silêncio do pai, o filho rosiano reinscreve a ausência como sentido. Ao escrever sua experiência na floresta, Thoreau transforma o intervalo em ensinamento.

Este artigo propõe, assim, uma travessia interpretativa entre Rosa e Thoreau, tomando como eixo a recusa silenciosa que ambos encenam e os modos de presença não normativa que instauram. A análise articula literatura, filosofia e ética para pensar o gesto de estar fora sem abandonar — gesto que, longe de negação, é forma outra de vínculo: com o mundo, com o tempo, com o outro.

Este artigo se estrutura como um ensaio interpretativo de natureza híbrida, articulando leitura literária, reflexão filosófica e elaboração simbólica. A metodologia adota o entrelaçamento de análise textual com reflexão lírica e ético-existencial, ancorada em autores como Emmanuel Levinas (1993), Paul Ricoeur (1994), Maurice Blanchot (2005) e Giorgio Agamben (2007), além da leitura atenta e sensível dos textos de Rosa e Thoreau.

A perspectiva adotada é a da crítica simbólica, entendida não como decodificação de alegorias fixas, mas como escuta das camadas éticas e existenciais que se manifestam nos gestos narrativos. A linguagem do ensaio assume forma híbrida, entre

análise e poética, pois compreende que, diante de certos textos — como os aqui tratados —, o rigor interpretativo não se opõe ao lirismo: o exige.

A validade externa do estudo é justificada pela atualidade das questões que evoca: em tempos de hiperexposição, de esgotamento afetivo e colapso do sentido, torna-se urgente pensar figuras que não rejeitam o mundo por ressentimento, mas que dele se retiram como ato de escuta e ética da presença. O artigo contribui, assim, com a reflexão sobre alternativas simbólicas ao modo de vida normativo, e propõe uma leitura transdisciplinar entre a literatura brasileira e o pensamento filosófico norte-americano, sublinhando como duas obras tão distintas convergem na construção de um espaço de resistência silenciosa.

2 CANOA E CABANA: O GESTO DA RECUSA

A canoa e a cabana não são moradias. São gestos. Não têm telhado que abriga, nem chão que finca. Elas não servem ao abrigo, mas ao enigma. Em *A terceira margem do rio*, o pai não abandona a casa por ódio, mas por silêncio. Deixa o trabalho, a mesa, a cama, o chão comum — e entra numa canoa mínima, feita sob medida para um corpo só. A escolha de viver ali, sem voltar, sem ir embora, sem remar, é mais do que recusa: é invenção de um modo outro de estar no mundo.

Não se trata de exílio, mas de suspensão. Rosa escreve: “Meu pai não voltara mais. Ficara é no meio do rio, mesmo, dentro da canoa, ele não saía dela, nem pra terra, nem pra outra beirada” (Rosa, 2001, p. 319). A imobilidade do pai não é inércia, mas gesto contínuo. Um gesto que se faz não com os pés, mas com a recusa de pisar. Um gesto de mãos que já não tomam nada — que apenas sustentam a própria permanência. Mãos vazias, mas presentes. Como se segurassem a ausência com firmeza.

Maurice Blanchot (2005, p. 91) escreve que “o verdadeiro gesto é aquele que escapa à utilidade, que não se fecha sobre si mesmo como produto”. A canoa é esse gesto: não leva nem traz, não serve a um fim. Ela é. A sua inutilidade, no entanto, não é passiva — é ética. Ela desloca. Ela não compete com o mundo: ela o desacomoda.

Thoreau, na cabana de *Walden*, realiza gesto análogo. Também ele recusa os caminhos esperados. Afasta-se da cidade, da propriedade, da competição. Constrói com as próprias mãos uma casa simples, com o mínimo necessário. Mas sua construção é também símbolo. Ele escreve: “As pessoas pensam que é necessário um espaço grande para viver. Não é. O necessário é um centro de quietude. Uma casa deve ser onde se possa ouvir a si mesmo” (Thoreau, 2000, p. 72). O espaço não serve ao corpo apenas, mas à escuta.

As mãos de Thoreau plantam, cortam lenha, escrevem. Mas nunca acumulam. Elas não são as mãos do mercado, mas as mãos do ritmo. Há nelas uma contenção deliberada. Como se dissessem: basta. Como se tocassem o mundo com o cuidado de quem não quer deixá-lo ferido.

A cabana e a canoa, juntas, fundam um território sem fronteiras, uma margem que não se vê — onde o habitar não é conquista, mas escuta. Giorgio Agamben (2007, p. 58) escreve: “O gesto é o meio puro, que não visa a um fim, mas mostra o próprio fazer como abertura. A cabana e a canoa não são lugares de chegada — são gestos de abertura.

Ambas retiram o sujeito da lógica da produção e o colocam diante de um tempo outro: um tempo de estar, não de render.

A recusa, nesses dois casos, não é resistência ruidosa, mas presença rarefeita. É o que Emmanuel Levinas chama de “ética do intervalo” — um estar com o outro sem absorvê-lo, um ser que não domina nem reduz (Levinas, 1993, p. 214). O pai não impõe sua ausência. Ele a vive. Thoreau não exige escuta. Ele a oferece — e a escreve.

Essas figuras recusam o mundo não com armas, mas com gestos mínimos. São mãos vazias, que já não pegam, mas sustentam. Mãos que, como as do filho que observa o pai, aprendem que o amor pode ser vigília. E que a maior presença talvez seja aquela que não se aproxima demais, mas não deixa de estar.

3 ENTRE MARGENS E ÁRVORES: O SILÊNCIO COMO LINGUAGEM

O que há em comum entre o pai que não fala e o escritor que se retira? O silêncio. Mas não o silêncio da ausência: o silêncio como presença densa, deliberada, quase sonora. Um silêncio que não significa desistência, mas transbordamento. O pai, em *A terceira margem do rio*, não explica sua partida — e sua recusa à explicação é, ela mesma, um gesto ético. Thoreau, em *Walden*, escreve muito, mas o que ele descreve é justamente a experiência de viver fora do ruído: de ouvir o tempo, a água, os galhos, o próprio pensamento.

Ambos operam, em suas obras e gestos, uma transmutação: transformam o silêncio de condição passiva em forma ativa de linguagem. É o que Maurice Blanchot chama de “o silêncio que fala por excesso de presença” (Blanchot, 2005, p. 112). O pai rosiano não desaparece: ele permanece visível, à vista, no centro do rio. Mas sua figura, ao recusar toda explicação, se torna outra: ele se torna símbolo. Uma presença que não se oferece ao entendimento, mas que insiste. Um estar que perturba por não se traduzir.

Na floresta de *Walden*, Thoreau vive experiência análoga. A cada dia, ele se silencia para ouvir. Sua escrita não é ruído — é destilação. Ele escreve: “Fui para o bosque para viver com propósito, para encarar apenas os fatos essenciais da vida” (Thoreau, 2000, p. 111). Esse “com propósito” não é objetivo pragmático, mas posição ontológica. Ele retira as camadas que abafam o mundo. A floresta se torna, então, menos paisagem do que escuta. Como se o mundo falasse — mas apenas a quem se cala.

Ambos recusam o ruído da vida ordinária. Mas — e aqui se desenha o ponto crucial — essa recusa não é negativa no sentido niilista. Não há, em Thoreau nem no pai, o esvaziamento radical do valor, nem a entrega ao absurdo. O niilismo clássico — tal como Nietzsche (2007, p. 9) descreve — emerge quando “os valores supremos perdem seu valor”. Quando tudo se equivale, quando nada importa, quando a vontade perde seu chão. Em Dostoiévski, o niilista é aquele que rompe com tudo por dentro, e afunda. Já em Rosa e Thoreau, o gesto não é de destruição dos valores, mas de transposição dos valores instituídos.

A canoa e a cabana não são expressão de que “nada tem sentido”, mas de que o sentido não pode mais ser vivido nos moldes vigentes. É, portanto, um niilismo transfigurado — não aquele que dissolve o mundo, mas aquele que funda outro tempo. Giorgio Agamben (2007, p. 51) distingue esse movimento ao afirmar que “o verdadeiro gesto político é aquele que suspende a norma sem destruí-la, e cria o espaço de uma

nova forma-de-vida". É o que o pai faz: suspende a linguagem, o papel, a casa — mas sem se apagar. E o que Thoreau faz: suspende o progresso, o lucro, a urgência — mas sem negar a vida.

O silêncio, nesses dois textos, não é ausência de voz, mas presença de um dizer que não cabe em palavras. A canoa do pai é um altar flutuante. A cabana de Thoreau, um laboratório do essencial. Ambos recusam o mercado de sentidos prontos — e, ao fazê-lo, se tornam símbolos de um existir outro. Como escreve Georges Didi-Huberman (2004, p. 87), “há formas de aparição que só se tornam visíveis pela demora”. *A terceira margem* é demora. *Walden* é demora. Ambas são linguagem que resistem ao império da pressa.

Levinas nos ajuda a compreender a dimensão ética desse silêncio. Para ele, a fala que não responde imediatamente, que se retarda, que escuta antes de agir, é o que permite que o outro apareça como outro — e não como projeção do mesmo. Ele escreve: “O rosto fala. Fala, por sua nudez, por sua miséria. [...] Ele fala mesmo quando está calado” (Levinas, 1993, p. 226). O pai e Thoreau, com suas recusas, tornam-se rostos. E, por isso, dizem.

Esse silêncio, longe de vazio, funda uma linguagem originária. Uma linguagem que não se aprende nas gramáticas, mas nas pausas. Não se trata de silêncio por incapacidade — mas por escolha. O pai silencia porque tudo que poderia dizer não caberia. Thoreau escreve porque o silêncio precisa ser traduzido — mas sem ser traído.

Assim, entre margens e árvores, entre rio e floresta, o que se desenha é uma ética da escuta. Uma escuta que não é técnica, mas disposição. Que não busca compreender o outro, mas sustentar sua alteridade. Que não pretende dominar o tempo, mas habitá-lo. O silêncio, nesses autores, não é ruptura — é rito. Um modo de continuar dizendo mesmo quando todas as palavras já falharam.

4 A ESCUTA COMO FORMA DE EXISTIR

Em *A terceira margem do rio*, o pai parte. Mas é o filho quem permanece. E permanece, sobretudo, escutando. Seu silêncio não é inação — é disposição de alma. Uma escuta que não interrompe, que não exige, que não transforma o outro em enigma a ser decifrado. A escuta do filho é a forma mais alta de empatia: não a empatia que se projeta, mas a que sustenta. Ele não compreende o gesto do pai — e mesmo assim o acolhe.

A narrativa é marcada por esse paradoxo: quem fala é o filho, mas quem age é o pai. E, no entanto, toda a ação do pai só existe porque o filho a conserva. Ele o observa, alimenta, imagina, cuida. Como escreve Rosa: “a gente achava que ele talvez tivesse necessidade — então punha na beira, numa pedra, um tanto de comida, e no outro dia via que não estava mais” (Rosa, 2001, p. 319). O filho realiza um cuidado invisível. É ele quem sustenta a ponte entre a margem e a ausência — sem cruzá-la.

Levinas (1993, p. 225) ilumina esse gesto ao dizer que “ser responsável é ser capaz de responder pela existência do outro, mesmo quando ela nos é estranha”. O filho não entende o sentido da existência que o pai escolheu — mas não o invalida. Ele é, por isso, uma figura da empatia mais rara: a empatia por aquilo que não compreendemos. A

que reconhece que o outro talvez veja o mundo de outro modo — e que isso é legítimo. Sua escuta é ato de amor e de alteridade.

Paul Ricoeur (1994, p. 143) aprofunda essa ideia ao afirmar que “a identidade narrativa do eu se constrói no espelho do outro”. O filho se constrói no espelho opaco do pai. Ele não se reflete ali — mas se reconhece como aquele que sustenta o espelho mesmo assim. Sua escuta é modo de existir: ele não apenas ouve, ele passa a viver à margem, vigilante, discreto, constante. Ele não repete o gesto do pai — mas também não o quebra. Ele o compreende sem precisar compreendê-lo.

Essa é a distinção mais fina entre escuta e empatia: escutar é abrir espaço para o outro falar. Ter empatia profunda é aceitar que o outro talvez fale por outros meios — pelo silêncio, pela recusa, pelo gesto. O filho, ao fazer isso, sustenta o pai como sujeito — mesmo sem palavras. Ele o reconhece como alguém que tem seu modo de estar no mundo, mesmo que não o diga. Há nisto um tipo de amor que não depende da reciprocidade. Amor que não exige retorno, nem sentido, nem tradução. Apenas o direito de ser.

Thoreau, por sua vez, também escuta. Mas sua escuta é voltada ao mundo: ao tempo, à floresta, à brisa, ao inverno. Ele escreve: “aprendi que estar com a natureza é uma forma de me ouvir melhor” (Thoreau, 2000, p. 85). Não é um ouvir literal — é uma afinação. Sua escuta é ética porque é humilde: ele não tenta dominar o ambiente, mas escutá-lo em seus próprios termos. Como o filho, ele aprende que não é preciso entender tudo para respeitar.

Ambos, o filho e Thoreau, vivem uma escuta sem antecipação. Escutam o outro — o pai, a mata — sem buscar decifrar ou capturar. São figuras que recusam a violência da tradução. Escutam como quem acompanha. Como quem aceita que o outro talvez tenha uma lógica própria, e que essa lógica também é vida. A escuta, neles, é forma de estar. É o que Didi-Huberman (2004, p. 102) chamaria de “hospitalidade do olhar” — não um olhar que captura, mas que abriga.

É possível dizer que a escuta, nesses dois universos, não é passividade — é presença radical. É o que permanece quando o verbo falha. Quando a margem já não é lugar, mas tempo. Quando a vida já não se explica, mas pulsa.

E talvez, em última instância, o leitor — de Rosa, de Thoreau — também seja convocado a esse gesto. Ler é escutar os que partiram para dentro. É estar com o pai, com a floresta, com o filho. É viver à margem — não do mundo, mas do ruído que o cobre. E ali, naquela terceira margem sem nome, aprender a existir com o que não se pode dominar — mas se pode acompanhar.

5 PRESENÇA NÃO É RETORNO: O FILHO, O LEITOR, A LINHAGEM

O pai não voltou. E ainda assim, nunca partiu. Seu corpo ausente não desaparece: ele permanece. Permanece no meio do rio, no meio da memória, no meio da narrativa. Mas é o filho quem o torna símbolo. O filho que espera sem data, que ama sem reciprocidade, que sustenta um vínculo sem garantias. Sua presença, embora ferida, não é ressentida. Ela é ética. Não exige retorno. Não exige palavra. Apenas permanece.

Essa permanência é, por si só, uma escolha. O filho poderia esquecer, apagar, negar. Mas ele se deixa afetar. E, nesse afeto que não cessa, ele funda uma linhagem. A

linhagem de quem escolhe estar — mesmo sem resposta. De quem não foge da dor, mas a transforma em cuidado. De quem escuta o outro mesmo quando o outro não mais responde. Como escreve Emmanuel Levinas (1993, p. 225): “Ser responsável é carregar um fardo que não escolhi, por alguém que não posso dominar”.

O filho não escolheu o gesto do pai — mas o acolheu. E é essa acolhida sem entendimento que o torna ético. Ele não exige que o outro explique o que sente, nem o força a voltar para ser reconhecido. Ele apenas se oferece como margem, como quem sustenta o espaço do outro ser.

Essa presença é, portanto, uma forma de resistência. Não uma resistência contra o pai — mas contra a lógica de que só o que volta tem valor. O filho recusa essa lógica. Ele vê o pai permanecer no rio, imóvel, e não tenta trazê-lo à margem. Apenas o reconhece. E ao fazer isso, o reinscreve no mundo. É o que Georges Didi-Huberman chama de “hospitalidade do visível” — o ato de não consumir o que se vê, mas de permitir que o outro continue sendo outro: “Ver é não interromper. Ver é deixar aparecer” (Didi-Huberman, 2004, p. 97).

Narrar a história do pai é também gesto de escuta. É fazer do silêncio memória, e da ausência um corpo de palavra. Paul Ricoeur (1994, p. 246) afirma que “nós nos tornamos quem somos pela história que contamos de nós mesmos”. Mas no caso do filho, ele conta a história do outro — e, ao fazê-lo, reinscreve a si mesmo. Sua identidade se constrói narrando o pai, narrando o não-dito, narrando o gesto sem explicação. Ele não herda a canoa — herda o silêncio. E o transforma em narrativa, em símbolo, em nome próprio.

E é aqui que entra o leitor. O leitor também não pode falar com o pai. Também não pode alcançá-lo. Mas pode escutá-lo. Pode seguir seu rastro imóvel no meio do rio, seu silêncio espesso como tempo. Ler esse conto é se tornar, por um momento, filho. É deixar de exigir resposta e aprender a habitar a espera. É o que Levinas chama de “ética da paciência”: “A espera é a condição do outro ser outro” (Levinas, 1993, p. 208).

Em *Walden*, Thoreau também escreve sabendo que o leitor não poderá acompanhá-lo à floresta. Mas ainda assim escreve. Seu livro não é um chamado à fuga, mas à escuta. Ao final, ele deixa claro que a experiência não se repete — ela se transmite como valor, não como método. Ele escreve: “Se você construiu castelos no ar, não tenha vergonha: é lá que eles devem estar. Agora, construa os alicerces sob eles” (Thoreau, 2000, p. 216).

Esse gesto não é de retorno. É de oferta. Ele não volta à cidade como herói. Volta como quem semeia. E semeia em silêncio, sabendo que o outro terá de construir seu próprio abrigo.

Assim, o filho, o leitor e o autor formam uma linhagem silenciosa. Não são os que gritam, nem os que exigem. São os que escutam. São os que sabem que o outro pode existir de forma estranha — e, mesmo assim, merecer cuidado. São os que sabem que presença não é retorno. Que amor não é domínio. Que estar é mais do que estar perto.

Essa linhagem, delicada e firme, é feita de silêncios escutados. De esperas não recompensadas. De afetos que não pedem reciprocidade. E é nessa linhagem que habita a possibilidade de um outro modo de ser no mundo — onde não se exige que o outro volte, mas onde se escolhe continuar presente.

6 CONCLUSÃO

A canoa no meio do rio e a cabana no meio da floresta não são figuras de fuga. São símbolos de uma presença que se recusa à forma dominante do estar: a que exige produtividade, explicação, eficácia. Em *A terceira margem do rio*, o pai parte sem dizer por quê. E sua ausência, por mais enigmática que seja, se torna um tipo de presença: imóvel, silenciosa, constante. Em *Walden*, Thoreau se afasta da cidade para aprender a escutar — a si mesmo, à terra, ao tempo. Sua escrita não é didática: é poética, íntima, ofertada.

Ambos propõem um gesto ético de recusa. Mas é uma recusa que não destrói — desloca. Um silêncio que não é niilista, mas fundante. Um afastamento que não rompe, mas reconfigura. Como escreveu Giorgio Agamben (2007, p. 69), “o gesto autêntico não visa a um fim, mas abre espaço para uma nova forma-de-vida”.

O pai não volta. Mas sua imagem permanece. E é o filho quem a sustenta. Sua escuta, sua paciência, sua disposição de estar com o enigma sem forçá-lo a falar — tudo isso o torna o verdadeiro centro do conto. Ele representa uma ética da alteridade: a escolha de continuar próximo mesmo quando não se é compreendido. Como diz Emmanuel Levinas, “o rosto do outro me chama à responsabilidade antes de qualquer decisão” (Levinas, 1993, p. 190).

O filho herda o silêncio — e o transforma em narrativa. Sua escuta torna-se linguagem. Sua permanência, linhagem. É ele quem nos ensina que presença não é sinônimo de retorno. Que amar é, por vezes, vigiar à margem. Que cuidar é aceitar que o outro possa existir de maneira irrepetível.

Do outro lado do Atlântico, Thoreau escreve com o mesmo espírito. Sua escuta da natureza é também um modo de respeitar o que não se entende. Sua escrita é uma tentativa de traduzir o indizível — não para domesticá-lo, mas para deixar que outros também o escutem. Ele não diz: “venham comigo para a floresta”. Ele diz: “eu estive lá — escutem o que ouvi”.

Neste artigo, propusemos uma travessia entre Guimarães Rosa e Henry David Thoreau, entre rio e floresta, entre pai e filho, entre silêncio e escuta. A partir da análise simbólica de *A terceira margem do rio* e *Walden*, buscamos mostrar que há uma ética possível na recusa — uma ética da espera, da escuta e da não imposição.

A presença que se desenha nesses textos não se mede pela voz, mas pela continuidade do cuidado. O pai permanece por meio do filho. Thoreau permanece por meio do leitor. Ambos fundam uma linhagem silenciosa de quem escolhe existir sem esmagar o outro, sem exigir compreensão, sem buscar retorno.

Concluimos que o silêncio pode ser forma de linguagem, e a escuta, forma de presença radical. Que recusar não é fugir — é muitas vezes a única maneira de preservar o que importa. E que, entre margens e árvores, pode haver uma vida inteira: mínima, mas plena. Invisível, mas real.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. São Paulo: Rocco, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2004. Walden

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**: ensaio sobre a exterioridade. Lisboa: Edições 70, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. v. III.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

THOREAU, Henry David. **Walden**: a vida nos bosques. São Paulo: Martins Fontes, 2000.